

CONJUNTURA

Repatriação rende R\$ 50 bilhões

Estimativa leva em conta arrecadação com imposto e multa sobre um total de R\$ 160 bilhões de recursos não declarados no exterior

» RODOLFO COSTA

O prazo para a regularização de recursos não declarados no exterior acabou ontem, com um resultado significativo para o governo. Estima-se que o Tesouro tenha arrecadado R\$ 50 bilhões com o pagamento de impostos e multas decorrentes do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. A projeção é que a regularização de bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos e mantidos no exterior tenha superado R\$ 160 bilhões. O mercado não calcula, entretanto, quanto desse total pode ter efetivamente retornado ao país.

Com uma arrecadação em queda em decorrência da crise econômica, o resultado era comemorado ontem pelo Planalto. O valor arrecadado será importante para manter o déficit primário abaixo da meta, de R\$ 170,5 bilhões. Em quase duas semanas, o volume arrecadado com impostos e multas — que alcançam 30% do valor aplicado fora do país — saltou 168,8%. Já o valor regularizado aumentou 161%.

Para Geraldo Biasoto Jr., professor da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** e ex-coordenador de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, o resultado reflete, em parte, a necessidade de recursos das empresas. “Muitas delas estão com o caixa no vermelho e tiveram que repatriar. Elas sabem que não há crédito no mercado nacional e colocaram isso na conta. Os bancos estão reticentes, o que leva os empresários a procurarem dinheiro onde podem”, avaliou.

Por esse motivo, Biasoto Jr. acredita que boa parte do valor

regularizado deve vir para o país. Ele, entanto, não estima quanto dos R\$ 160 bilhões pode ser efetivamente repatriado. “Se regularizou é porque tem viés de repatriar. Tem gente que vai trazer o dinheiro para aplicar no mercado financeiro e tem quem vá mantê-lo no exterior. Mas, certamente, o empresário estará observando o cenário de juros e de câmbio para arbitrar quando trará os recursos”, disse. O movimento do dólar, nos últimos dias, foi ditado pela repatriação. Ontem, a divisa recuou 0,2% em relação ao real, terminando a sessão cotada a R\$ 3,19.

Dinâmica

O economista-chefe da A2A INXV Global, Eduardo Velho, diz que os empresários estão atentos a uma possível reversão das expectativas para tomar decisões mais consolidadas. Entre as situações que podem prejudicar a entrada de dinheiro está a redução das previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, exemplifica Velho. Ou uma projeção de menor queda de juros em 2017. “São quadros que poderiam indicar aumento do risco país. Isso traria impacto fulminante e interromperia ou desaceleraria ritmo dos ingressos externos no país”, ponderou.

Já no caso de as expectativas de melhora se confirmarem, e da aprovação de reformas, como a previdenciária, é possível que recursos desembarquem via leilões de privatização ou sejam canalizados em investimentos, como fusões entre empresas estrangeiras e nacionais, avalia Velho. “Tudo vai depender da dinâmica da recuperação econômica.”

Helio Montferre/CB/D.A. Press



Para Eduardo Velho, valor que será efetivamente trazido de volta ao país vai depender da recuperação econômica

» Mercado projeta recuo maior do PIB

Pela quarta semana consecutiva, os analistas consultados pelo Banco Central (BC) para elaborar o Boletim Focus pioraram as estimativas para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de 2016. A mediana das expectativas saiu de queda de 3,22% na semana passada para retração de 3,30%. Já a estimativa para a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2016 foi ajustada de 6,89% para 6,88%. A projeção para 2017 seguiu em 5%. O mercado ainda não levou em consideração a mudança na bandeira tarifária que implicará alta no preço das contas de luz. Quanto aos juros, a mediana do mercado se manteve em corte de 0,50 ponto da Selic na última reunião de 2016, em novembro, para 13,50%. Para o ano que vem, entretanto, o mercado reduziu a aposta de 11% para 10,75%.

Rombo de R\$ 85 bilhões é recorde

» ANTONIO TEMÓTEO

O setor público registrou em setembro déficit primário de R\$ 26,6 bilhões, segundo o Banco Central (BC). No acumulado do ano, o rombo chegou a R\$ 85,5 bilhões. Esses são os piores resultados da série histórica da autoridade monetária, iniciada em dezembro de 2001. Nos últimos 12 meses, o saldo negativo alcançou R\$ 188,3 bilhões, o equivalente a 3,08% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Orçamento da União para 2016, o setor público tem como meta fiscal déficit de R\$ 163,9 bilhões. A previsão inclui resultado negativo de R\$ 170,5 bilhões

para o governo federal e superávit de R\$ 6,6 bilhões para estados e municípios. Entretanto, com a repatriação de recursos depositados irregularmente no exterior, a necessidade de financiamento deve ficar abaixo do previsto. Os valores não incluem a previsão de despesa com juros da dívida.

Os rombos recorrentes da administração pública têm sido influenciados, sobretudo, pelo déficit da Previdência Social, que chegou a R\$ 112,6 bilhões de janeiro a setembro. O chefe adjunto do Departamento Econômico do BC, Fernando Rocha, ressaltou que o país levará algum tempo para voltar a registrar supera-

vits primários. “A retomada do crescimento econômico depende da reversão da trajetória de déficit. Vamos completar o terceiro ano no vermelho. Temos de retornar aos resultados positivos para recuperar o PIB”, destacou.

Nas contas do economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, o déficit fiscal ficará em R\$ 130 bilhões em 2016, ajudado pela repatriação. Ele alertou, porém, que, no próximo ano, as receitas extraordinárias não serão necessariamente uma realidade. “Temos alguma coisa com privatizações e concessões, mas esses projetos precisam sair do papel. A situação é desafiadora”, disse.

O economista Pedro Schneider, do Itaú Unibanco, ressaltou que a dinâmica da dívida pública continua desfavorável, pressionada por déficit elevado, altas despesas com juros e contração acentuada do PIB. Para ele, a aprovação das reformas estruturais do teto de gastos e da previdência são fundamentais para melhorar os resultados fiscais e gerar condições para uma retomada cíclica na atividade econômica, possibilitando a estabilização da dívida a médio prazo. Nas contas de Schneider, o déficit público será de R\$ 158 bilhões em 2016, mas o resultado poderá ser melhor, em razão das receitas com a repatriação.